Biblioteca DIGITAL CÂMARA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

FONSECA E SILVA
Discurso

Anais da Câmara dos Deputados
Volume VII
Sessão de 08/05/1956

Rio de Janeiro
1956

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
http://bd.camara.gov.br

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

pósito do destinatário — ..... Cr$ 820,00, quase a mesma coisa, e, agora, pela rodovia, é de ..... Cr$ 520,00 por metro cúbico, portanto, mais barato.

Estou tratando dêste assunto em defesa da indústria madeireira e do próprio interêsse de meu Estado, cuja receita se beneficia, com essa atividade, em apreciável e decisiva percentagem. Os resultados dêsses aumento são fáceis de prever: paralisação da indústria madeireira de todo o Sul, prblema de desemprêgo e encarecimento da construção civil nos grandes centros. Tudo isso agravado ainda pela iminente falta de caminhões para o transporte. Um caminhão para conduzir madeira está cotado em cêrca de um milhão! E que industrial suportará semelhante custo?

Há dias, Sr. Presidente, o Govêrno majorou as tarifas postais-telegráficas numa percentagem assustadora, como evidenciaram alguns colegas e a imprensa.

O Sr. Portugal Tavares — Quero colaborar com o brilhante discurso de V. Exa. na defesa do interêsse principalmente de Santa Catarina. O pôrto de S. Francisco vai ser o mais prejudicado com a majoração dessas tabelas portuárias. Quero significar a V. Exa., o absurdo do aumento da taxa de capatazia. Consiste o trabalho de capatazia justamente em estiva e desestiva: tirar a mercadoria do vapor por meio do guindaste e colocá-la no pôrto. Veja o nobre orador o absurdo: só o aumento da capatazia sairá mais caro que o transporte da mercadoria do pôrto de São Francisco ao Rio de Janeiro.

O SR. VANDERLEI JÚNIOR — Perfeitamente.

Além do aumento das taxas de correios e telégrafos, tivemos agora o das contribuições aos Institutos de Aposentadorias e Pensões, que tanto feriu a bôlsa dos contribuintes, patrões e empregados. Seria fastigioso enumerar os aumentos que estão sendo feitos constantemente, prenunciando, diàriamente, o encarecimento da vida e o empobrecimento geral, e fechamento de indústrias e o afrouxamento comercial.

O atual Govêrno se instalou sob a promessa e a esperança de uma vida melhor, mas o povo está vivendo preocupado com o preço das utilidades, que sobe desvairadamente. O pobre já não come suficientemente.

Diante dêste quadro de nossa vida, já ninguém acredita na anunciada promessa de se atingir em cinco anos o progresso de cinqüenta.

O brilhante jornalista Assis Chateaubriand, em artigo publicado em "O Jornal" comentando essas coisas da vida administrativa do País, disse, com aquela sua expressão fácil e elegante, que o ilustre Senhor Juscelino Kubitschek "anda ainda de calças curtas". Não penso como o eminente Senador pelo Maranhão. Não faltam calças compridas para o Presidente: falta-lhe equipe que o ajude a operar no sentido da felicidade do Brasil, do bem-estar da sociedade brasileira.

Aí está o meu protesto pelo exagêro dos aumentos dos servidores públicos e um apêlo para que se estimulem a indústria e o comércio, indispensáveis à grandeza do Brasil. (*Muito bem; muito bem*).

Durante o discurso do Senhor Vanderlei Júnior, o Senhor Ulisses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Divonsir Côrtes, 1.º Secretário.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Fonseca e Silva.

O SR. FONSECA E SILVA — (*Para explicação pesoal*) — Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Assomo a esta tribuna para focalizar alguns aspectos do problema, que no momento agita a opi-

nião nacional: O problema da interiorização da Capital Federal.

Antes, entretanto, de iniciar as minhas considerações, eu quero fazer desta tribuna um veemente apêlo à Comissão Parlamentar da Mudança da Capital, no sentido de que esta Comissão, composta de tão ilustres deputados, de tôdas as correntes partidárias e de tôdas as regiões do Brasil, tenha um exercício normal e apareça de público, através de repetidas reuniões, no objetivo, mais do que necessário, mais do que oportuno e urgente, de acompanhar o palpitante problema. Certa imprensa já se apresenta, através de notas irônicas. É o capitalismo imobiliário que está falando. Urge uma nova vida, urge um sangue novo nos destinos da importante Comissão, no sentido de que êste magno problema seja estudado, seja debatido, seja defendido e que a Nação seja esclarecida sôbre matéria debatida em três Assembléias Constituintes, remarcada por três Constituições, latente em diversos movimentos revolucionários, pregada por vários pro-Homens do Império e da República e repisada, finalmente, por muitos historiadores.

Aqui fica o meu apêlo à Comissão de Mudança da Capital, para que agite o problema, tome conhecimento do assunto em marcha e apareça no comando dêsse movimento nacional.

Como representante do povo goiano, jamais desvaneceu em mim o nos meus gestos de homem público um minuto na defesa dêsse dispositivo constitucional: a interiorização da Capital do Brasil, ou seja a sua localização no Planalto Central Brasileiro. A prerrogativa da preferência quanto ao sítio privilegiado, Planalto Goiano, é de exclusiva competência técnica da Comissão que norteou o assunto, de tão transcedental vitalidade. Comissão composta de sábios, pesquisadores em todos os setores que envolvem a matéria, especialistas de todos os matizes e de renome nacional e internacional, quer no século passado, quer sobretudo em nossos dias, pela atualização do assunto em face dos requisitos modernos de urbanismo.

Deixo de focalizar a parte técnica e militar que qualificou a preferência da localização da Nova Capital Federal em Goiás, para protestar aos sábios, aos técnicos aos especialistas civis e militares, o meu ato de fé na competência de suas culturas e na responsabilidade de suas funções, em face do mais grave problema para a consciência nacional. Não é um problema político, mas é um problema geo-político, em face às distribuições equitativas entre o Govêrno Central e as distâncias de nosos lugares.

A interiorização da Capital do País não é uma idéia de nosos dias, muito menos uma paixão platônica dos goianos e Estados circunvizinhos. É um determinismo da consciência nacional. Ela nasceu com evolução de nossa gente. Quando da opulência do ouro nos séculos 17, 18 e 19, quando se proibia nas minas de Goiás e Mato Grosso que houvesse agricultura da cana de açúcar e roças em geral e que os filões de ouro era a única condição de existência de nossos lugares, é oportuno registremos aqui à guisa de justiça e de função histórica o nome de quem primeiro falou na idéia de interiorização da Capital do Brasil. Êste nome é o do cartógrafo, senão o primeiro medidor de nossas terras e planificador de nosos caminhos em pleno século setecentista, Francisco Tosse Columbina, discípulo do jesuíta Gabriel Soares, essa primícia histórica do nativismo anhanguerino, que em 1750 já trabalhava em Goiás conforme documentação deixada por Capistrano de Abreu e citada por Azevedo Pimentel da Comissão Cruls. Tôda essa documentação se acha na seção de cartografia da Biblioteca Nacional e no Arquivo Mineiro, como remanes-

cente do acêrvo histórico que pertencera ao Visconde de Linhares em Portugal.

O Movimento da Inconfidência Mineira em 1779 coloca ao lado da flâmula da idéia de nossa independência política, a idéia fixa de se arrancar do Rio de Janeiro a sede da prepotência lusitana. Para não ficarmos dentro de nossas aspirações, longe de qualquer jacobinismo, lembraríamos aquela passagem histórica em que o Embaixador inglês, em 1809, William Pitt, discorrendo sôbre o poderio territorial português, ventilou a idéia quanto ao Brasil, que se mudasse a sua Capital, para o interior do País. Numa homenagem ao Velho Portugal lembrava o nome de Nova Lisboa.

O "Correio Brasiliense" que circula de 1803 a 1822, sob a direção do intimorato José Hipólito da Costa Pereira Furtado de Mendonça, transformou-se em pira ardente na defesa da interiorização da Capital do Brasil. Dizia êle: "Para o Sertão, no interior central e imediato às cabeceiras dos rios que se dirigem ao norte, ao sul, ao nordeste e ao sueste. É a primeira fonte histórica que focaliza o sítio privilegiado do Planalto Central Brasileiro.

É oportuno que se lembre aqui a influência dos Andradas no evento da idéia. Homens da governança de São Paulo, em 1821, João Carlos Augusto Uyenhausen, presidente, José Bonifácio de Andrada e Silva, vice-presidente e Martin Francisco Ribeiro de Andrada, secretário, dirigem aos nossos deputados ao Congresso de Lisboa um veemente apêlo, objetivando a Mudança da Capital do Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Peço licença para interromper o ilustre orador, a fim de submeter ao plenário requerimento, de autoria do Deputado Áureo de Melo, de prorogação da sessão por 15 minutos, para explicação pessoal.

Os Senhores que aprovam o requerimento, queiram ficar como estão (Pausa). Aprovado.

Continua com a palavra o nobre Deputado Fonseca e Silva.

O SR. FONSECA E SILVA — Agradecido.

Diz o precioso documento ser muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil, para asento da Côrte ou Regência, lembrando, naquela época, o nome batismal de Brasília.

Em 1823, na Constituinte de nossa primeira Carta Mágna, é o mesmo José Bonifácio de Andrade e Silva que apresenta na sessão do dia 9 de junho a emenda histórica, instruindo para o Brasil o diploma constitucional da Mudança da Capital do Império. E a idéia passa agora para as cogitações doutrinárias de conspícuos historiadores. É o diplomata e Ministro de Estado, inegàvelmente grande historiador, Francisco Adolfo Varnhagem, o futuro Visconde Pôrto Seguro, a comandar a idéia da mudança da Capital do Império, assinalando as cabeceiras das grandes bacias hidrográficas da potamografia brasileira. Do Planalto Central de Goiás nascem: o Tocantins, o Paranaíba e o São Francisco, respectivamente a bacia do Amazonas, do Prata e a Franciscana, na concepção geo-econômica da centralização do poder político no centro geográfico do Brasil.

A República de 89 consagra o problema da Mudança da Capital Federal esteriotipada na Constituição de 1891, idéia repetida na Constituição de 1934, confirmada e ampliada na atual Carta Mágna.

Todos os Presidentes da República falaram da grande idéia em suas plataformas. Mas merecem registro histórico, a bem da verdade, o Marechal Floriano Peixoto e, mais perto de nós Epitácio Pessoa, em 1922, o qual por um admirável trabalho parlamentar do saudoso Americano do Brasil, reviveu o assunto. Em nossos dias,

desde o Marechal Eurico Gaspar Dutra, todos os Presidentes da República tiveram os seus nomes ligados ao problema da Mudança da Capital, através de atos oficiais objetivando alguma realização da idéia em marcha.

Mas, Sr. Presidente e Senhores Deputados, à margem de um imperativo constitucional, em que pese o desequilíbrio demográfico de nossa Pátria, desequilíbrio há bem pouco quase total, entre a orla marítima e a hinterlândia brasileira, dir-se-ia, os muros da Serra do Mar e os encantos das praias do Atlântico, vêm em abono da grande emprêsa os exemplos da História pátria.

Em pleno século da exuberância do ouro, da expansão das bandeiras de São Paulo, das entradas baianas, das monções de Mato Grosso, e, em Portugal, a corôa de Dom José I, cujo govêrno ficou célebre pela governança do Marquês de Pombal, em 1763, muda-se para a Capital do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro.

No período colonial, três grandes Vilas, três cabeças de Províncias, tornaram-se célebres pela projeção na vida nacional. Vila Rica de Ouro Prêto foi o cenáculo, de cujo recinto saiu concretizada pela dedicação, pelo heroismo e pelo martírio a flâmula vencedora de nossa liberdade "Libertas que sera tamen" Vila Bela de Mato Grosso transformou-se na sentinela vigilante da integridade territorial para os lados dos Andes, de que Rapouso Tavares foi o valente soldado bandeirante no reconhecimento e demarcação de nossos lugares. Vila Boa de Goiás, a mais distante cidade da hinterlândia brasileira, foi a grande esquecida. Sofreu na sua vida de núcleo humano a devoração total do Saturno português na extração de seu ouro. Mas, do seu sólio epscopal brotou a primeira pastoral conclamando pela nossa alforria política, emanada de um Bispo Cego, "contra os ferros que estão amarrando os nossos punhos", infelizmente, documento pouco conhecido dos estudiosos do assunto. Pois bem, Senhores Deptuados: Vila Bela de Mato Grosso muda-se para cidade Verde do Cuiabá, nas horas calorentas de nossa Independência; Vila Rica de Ouro Preto, para os campos altos de Belo Horizonte, em 1897, e a querida Vila Boa de Goiás, para o altiplano fecundante de Goiânia em 1942.

No mesmo rítmo de bem servir a terra, de melhorar as condições humanas na expansão geográfica de nossos lugares em 1804, o Amazonas muda a sede de seu Govêrno da cidade de Barcelos para a sorridente Manaus. Em 1839, surge Maceió, cujo govêrno até então presidia os destinos da terra de Deodoro na cidade de Alagoas. O Estado do Piauí muda a sua capital, em 1852, de Oeiras para Terezina. Sergipe teve a sua capital em São Cristóvão até 1855. O Estado do Rio de Janeiro teve o seu govêrno em Petrópolis desde 1894.

Os movimentos de caráter revolucionário que enobrecem as páginas de nossa história emprestam exemplos de significativa expressão, em que as capitais se mudaram, revolucionàriamente, dentro dos anseios que objetivaram a nossa independência política. A República Sul-riograndense de 1838, criou Viamão. O movimento equatorial de 1817 preparou Recife em detrimento de Olinda. A minha Província de Goiás também teve a sua história, quando o Norte, sob a chefia do admirável Padre Luiz Bartolomeu Marques, se rebelou contra o lusitanismo de Vila Boa e instalou na cidade de Palma a capital da sonhada república, cuja idéia fôra abafada pelo grito do Ipiranga. Quase tôdas as revoluções no Brasil tiveram as suas Capitais, que se mudaram e se movimentaram na proporção da marcha de suas lutas.

E' com estas considerações, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que lanço do alto desta tribuna o mais veemente apêlo, no

sentido de que se instale nesta Casa uma nova Confederação do Equador pela efetivação da Mudança da Capital.

Já existem sôbre a matéria diversos atos oficiais de vários Senhores Presidentes da República. Todos os congressos de objetivos econômico-sociais e culturais tratam do assunto através de resoluções e apelos. Constituiu objeto de grande estudo e de forma de resolução imediata a Reunião dos Senhores Governadores da Bacia do Uruguai e Prata: Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e agora a sorte está lançada: ou cumprimos o estatuto constitucional ou vamos assistir à maior farsa de uma civilização. Já alguns matutinos se movimentam através de críticas tão indignas quanto prenhes de neologismos degradantes. Para essa grande imprensa, a Constituição só existe nas horas dos movimentos demagógicos e menos de construção de uma obra nacional. São guardiães de uma democracia, que lhe esteja aos serviços de conveniências publicitárias. Nessa conjuntura, o Presidente da República, dentro do solar do Conde de Friburgo, é um eterno alvo dessa grande imprensa, a vanguardeira na defesa do capitalismo imobiliário da cidade do Rio de Janeiro. E' contra os mistérios dessa fôrça perigosa que o Congresso terá que reagir e lutar. Pouco interessa aos donos de arranha-céus, custeados pelo dólar do judaismo internacional e, desgraçadamente financiados em grande parte pelas contribuições mensais dos sócios de Institutos de Previdência, pouco interessa a essa equipe de "Sua Majestade o Dinheiro", como muito bem qualifica o economista André Fourgeaud, o excesso de uma população que se acotovela e se amontoa, sem água, sem luz, falta-lhe o teto e falta-lhe até o local para construir êsse teto, falta-lhe o meio da locomoção urbana em um perímetro de 25 quilômetros diários, para uma cidade que cresce demogràficamente de modo assustador. Em contrapeso a êsses fatôres, é o ruralismo abandonado, sem escola e sem médicos, sem estradas e assistência social. O Brasil ainda olha para os continentes daqueles que nos conquistaram pela história e nos amarram pelos tratados internacionais, como se ainda sôbre nós pesasse aquele clima colonizador dos séculos 17, 18 e 19. A Capital Federal no interior do Brasil é o primeiro passo para essa independência econômica, pela valorização dos nossos lugares, através do aproveitamento das nossas reservas encravadas nos recursos naturais daquelas faixas esquecidas e separadas da governança controlada pelos efeitos imediatos de acôrdos políticos.

Nas conjunturas sociais e econômicas do momento histórico que vivemos, não podem subsistir concomitantemente, dentro do Rio de Janeiro, o Executivo Federal e os destinos políticos e sociais da cidade de Estácio de Sá. A uma população de quase 3 milhões de habitantes não se impõe a vontade de um só homem quando da escolha de seu governante. O saudoso Pedro Ernesto deixou o gabinete de Prefeito do Distrito Federal para entrar nas grades de uma cadeia, porque discordou politicamente do então detentor do Govêrno do Brasil. Em decorrência de acôrdos políticos, o Prefeito desta grande Metrópole é um titere das vontades e oscilações partidárias do bloco político que elege o Presidente da República.

A interiorização da Capital Federal equilibra as distâncias, equilibra os "favores" e dá ao Presidente clima e espaço de mais aproximação com as populações brasileiras. O Govêrno deixa a política da extremidade para passar ao torax, onde reside a fôrça motora do organismo humano. Daí o topônimo consagrado de "Coração do Brasil", com que sonhou Pôrto Seguro, quando frisou as cabeceiras das três grandes bacias da po-

tamografia brasileira, no Planalto Central de Goiás.

Apelo para esta Casa, dizendo que é chegado o momento. A pedra de toque moveu-a o honrado Senhor Presidente da República. Agora urge que vença a onda dos turvadores e se entregue o Brasil aos destinos sonhados por várias gerações, levando para o interior do seu corpo geográfico a sede do Govêrno da República. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA — (*Para uma explicação pessoal, lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, o Sindicato dos Jornalistas Liberais do Rio de Janeiro vem de ocupar seu lugar ao sol do sindicalismo brasileiro. Um grupo de valorosos jornalistas não se deixou entibiar pelos óbices, pelas incompreenções surgidas contra sua justa e oportuna pretensão.

Eis aí, a ação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

Após as eleições efetuadas no edifício da A.B.I., foram escolhidos os seguintes órgãos diretivos:

"Primeiras eleições no Sindicato dos Jornalistas Liberais.

Realizaram-se, na sala "Heitor Beltrão", no 7.º andar da ABI, as eleições para nova Diretoria e membros do Conselho Fiscal, tendo sido eleitos:

Para Diretoria — (Efetivos)

1) — Presidente: Belarmino Austregésilo de Athayde;

2) — Secretário Geral: Carlos Eiras;

3) — 1.º Secretário: Antônio Francisco Santos Sousa;

4) 2.º Sécretário: Ari de Azevedo Nepomuceno;

5) — 1.º Tesoureiro: Adhamyr Ribeiro do Valle e Araújo Lima;

6) — 2.º Tesoureiro: Maria das Dores Silva Berlinck;

7) — Procurador: Fernando Tude de Sousa.

Para Diretoria — (Suplentes)

1) — Nicolau Barbeito Corredera;

2) — Artur Francisco Seixas dos Anjos;

3) — Newton Saldanha;

4) — Guiomar Ferreira de Matos;

5) — Osvaldo de Gouveia;

6) — Adhayr Ribeiro do Vale de Araújo Lima;

7) — Júlio César de Melo e Sousa.

Conselho Fiscal — (Efetivos)

1) — Valdemar Alves;

2) — Francisco Gomes Muniz;

3) — Silvio Teodósio de Melo.

Conselho Fiscal — (Suplentes)

1) — José da Silva Guimarães;

2) — Antônio Pires da Silva;

3) — Arthur Ferreira de Sousa Filho.

A mesa que presidiu os trabalhos, foi constituída dos seguintes jornalistas: presidente, Geraldo Nunes Calainho; secretários: João Holanda da Cunha e Paulo Nogueira de Castro e Fiscais: Antônio Francisco Santos Souza e Ari de Azevedo Nepomuceno.

Para melhor esclarecimento, queremos seja transcrita nos Anais desta Casa a Carta do Sr. Ministro do Trabalho do seguinte teor: